



DOSSIÊ TEMÁTICO:

QUESTÕES GEOPOLÍTICAS NA ÁFRICA SUBSAARIANA

Artigo



**PATRIMÔNIO GEOPOLÍTICO EM CABO VERDE: NOVOS RECURSOS
NA ÁFRICA SUBSAARIANA**

**GEOPOLITICAL HERITAGE IN CAPE VERDE: NEW RESOURCES IN SUB-
SAHARAN AFRICA**

**PATRIMOINE GÉOPOLITIQUE AU CAP-VERT : DE NOUVELLES RESSOURCES
EN AFRIQUE SUBSAHARIENNE**

Por Dirceu Cadena

Dirceu Cadena
Departamento de Geografia da Universidade
Federal do Ceará (UFC).
dirceucadena@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6601-3646>

Como citar
CADENA, D. Patrimônio geopolítico em Cabo
Verde: novos recursos na África subsaariana.
Boletim GeoÁfrica, v. 1, n. 2, p. 30-50, abr.- jun.
2022

Recebido 22/03/2022
Aceite: 28/04/2022



RESUMO. o presente estudo analisa como o patrimônio mundial foi transformado em um recurso geopolítico contemporâneo na África subsaariana. Os estudos sobre geopolítica estão relacionados desde sua origem com a análise das relações estabelecidas entre poder estatal e a utilização dos recursos naturais. A partir dos anos 1990, a busca pela inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO tornou-se recorrente em diferentes países Africanos, possibilitando o surgimento de novas redes internacionais de cooperação técnicas e financeiras ou justificando ações militarizadas variadas, estabelecendo, assim, novas geopolíticas. A partir de análise documental, a pesquisa compreende a mobilização do patrimônio mundial por Cabo Verde, considerando que este Estado atuou na arena internacional do Comitê do Patrimônio Mundial para alcançar interesses distintos da preservação do passado, transformando a Cidade Velha de Ribeira Grande em um patrimônio geopolítico.

Palavras-chave: Recurso geopolítico. Lista do Patrimônio Mundial. Comitê do Patrimônio Mundial. Cidade Velha de Ribeira Grande.

ABSTRACT. The present study analyzes how world heritage has been transformed into a contemporary geopolitical resource in sub-Saharan Africa. Studies on geopolitics are traditionally related with the relationships between state power and the use of natural resources. From the 1990s, the search for the inscription of properties on the UNESCO World Heritage List became recurrent in different African countries. This made possible the emergence of new international networks of technical and financial cooperation or militarized actions, establishing new geopolitics. Based on documental analysis, this work analyzes how Cape Verde uses the World Heritage, considering that this State acted in the international arena of the World Heritage Committee to achieve interests other than the preservation of the past, transforming the Old Town of Ribeira Grande into a geopolitical heritage.

Keywords: Geopolitical resource. World Heritage List. World Heritage Committee. Historic Centre of Ribeira Grande.

RÉSUMÉ. La présente étude analyse comment le patrimoine mondial s'est transformé en une ressource géopolitique contemporaine en Afrique subsaharienne. Les études sur la géopolitique sont traditionnellement liées aux relations entre le pouvoir de l'État et l'utilisation des ressources naturelles. Après des années 1990, la demande de l'inscription de biens sur la Liste du patrimoine mondial de l'UNESCO est devenue récurrente dans différents pays africains. Cela a permis l'émergence de nouveaux réseaux internationaux de coopération technique et financière ou d'actions militarisées, établissant des nouveaux géopolitiques. Sur la base d'une analyse documentaire, ce travail analyse comment Cap-Vert a utilisé le patrimoine mondial, considérant qu'il a joué dans l'arène internationale du Comité du patrimoine mondial pour atteindre des intérêts autres que la préservation du passé, transformant la vieille ville de Ribeira Grande en un patrimoine géopolitique.

Mots clés: Ressource géopolitique. Liste du patrimoine mondial. Comité du patrimoine mondial. Vieille ville de Ribeira Grande



INTRODUÇÃO

O presente estudo discute como o patrimônio mundial é um novo tipo de recurso mobilizado pelos Estados no período contemporâneo para ingressar em redes internacionais de financiamento, estruturar territórios, afirmar hegemonias ou atrair investimentos privados.

Se a partir do século XIX invasões territoriais para ocupar espaços ricos em recursos naturais eram tratadas como necessárias para os Estados alcançarem posições politicamente valiosas na consolidação de seu espaço vital (RATZEL, 1990 [1896]), a partir dos anos 1980, com a reestruturação econômica e revolução tecnológica, as conquistas territoriais passam a ocorrer de maneira associadas à oferta de atrativos estruturais para a exploração do território por iniciativas privadas (BECKER, 1988).

Apesar da busca por recursos naturais ainda acionar diversas geopolíticas contemporâneas, como as do petróleo (MONIÉ, 2012) ou da água (RIBEIRO, 2008), agora recursos estruturais são criados pelos próprios Estados para atrair investimentos em áreas consideradas estratégicas. Como será discutido nesse artigo, no período contemporâneo aspectos culturais também são produzidos para a atração de investimentos privados e construção de acordos de cooperações multilaterais entre Estados, configurando-se em novos recursos geopolíticos.

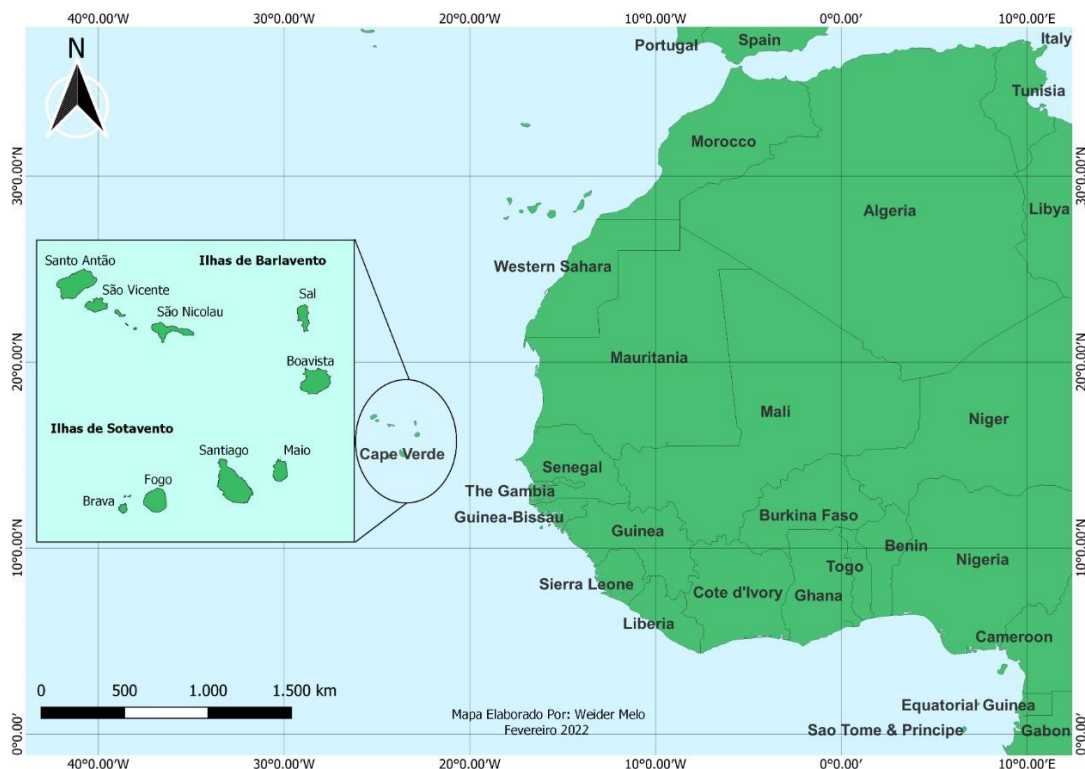
Dentre os aspectos associados à cultura, o patrimônio mundial se constitui em interessante elemento geopolítico contemporâneo. Utilizado tanto por países centrais ou por aqueles em desenvolvimento, a formação de um espaço de decisão internacional voltado para inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial, ampliou os objetivos da preservação de formas do passado. É no espaço do Comitê do Patrimônio Mundial onde determinados objetos são globalmente reconhecidos como patrimônio mundiais, contribuindo para a consolidação de poderes geoculturais (WINTER, 2020), permitindo ao Estado orientar as maneiras com que uma parcela do mundo será interpretada e utilizada.

Cabo Verde pode ser tomado como exemplo dessa prática. Após solicitar à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a realização das missões do patrimônio em 1979 (MELO FILHO, 2021), o país estruturou sua política nacional de preservação patrimonial e, logo em seguida, iniciou o longo processo para inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial. Com a inscrição da Cidade Velha de Ribeira Grande, em 2009,

significativos investimentos turísticos ocorreram em seu território, as instituições políticas ligadas a preservação patrimonial se consolidaram e o país passou a participar de redes regionais de cooperação na África subsaariana.

Apesar da utilização do patrimônio envolver atores internacionais com relevâncias distintas, compreendemos que o Estado-parte à Convenção do Patrimônio Mundial possui papel ativo no processo de transformação de seu território. Ao contrário de muitos trabalhos que enxergam países em desenvolvimento, sobretudo os localizados no continente africano, como atores frágeis e passivos diante do cenário internacional das organizações privadas, compreendo Cabo Verde, um pequeno país insular no limite da África Subsaariana (Mapa 1), como um *player* soberano que orienta as ações realizadas em seu território, articulando-se com outros Estados e usufruindo da inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial.

Mapa 1. Localização de Cabo Verde



Fonte: organização do autor. Elaborado por Weider Melo



Como podemos ampliar o conceito de recurso para além dos elementos naturais distribuídos desigualmente no planeta? De que forma se estabelece uma arena internacional de disputas para a construção de Patrimônios Mundiais? De que maneira a inscrição de um bem Lista do Patrimônio Mundial atraiu investimentos privados para Cabo Verde e possibilitou uma melhor articulação diplomática com outros Estados? Essas são algumas questões que orientam o presente artigo, organizado da seguinte maneira: No primeiro momento são discutidas as utilizações do patrimônio como um recurso para a geopolítica contemporânea. Em seguida, analisamos a constituição da arena internacional que estabelece a geopolítica do patrimônio mundial e as mobilizações desse espaço por diferentes atores. Por fim, mostramos como Cabo Verde assume uma postura ativa na mobilização do patrimônio como um recurso, transformando seu território a partir da consolidação de um poder geocultural.

GEPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA: NOVOS RECURSOS EM DISPUTA

34

Após a segunda metade do século XIX, diferentes discursos geopolíticos foram construídos por teóricos que consideravam as melhores maneiras de seus respectivos Estados alcançarem a hegemonia global. Para Mahan, o controle dos mares e da infraestrutura marítima eram essenciais no desenvolvimento de uma nação; para Mackinder o poder terrestre da Rússia a justificava de seu domínio sobre o coração continental; em Haushoffer, a luta por espaço vital era essencial para equilibrar o quantitativo populacional e territorial de um país (COSTA, 2013).

Esses discursos tinham em comum a adoção de uma visão naturalista da geografia e a vinculação do poder do Estado a capacidade de exploração dos recursos presentes no solo ocupado (AGNEW, 2002). A posição relativa de um país, seu acesso ao mar, um tipo específico de clima ou geomorfologia, determinado quantitativo populacional, entre outros fatores, eram considerados como indicadores para orientar as tomadas de decisões das lideranças político-militares. Para Becker (1988), os discursos geopolíticos clássicos indicavam uma compreensão do espaço como portador de valor intrínseco, onde os Estados nacionais seriam os únicos atores políticos. Assim, o controle e ocupação de determinadas áreas do planeta eram práticas consideradas necessárias na busca da hegemonia global, cabendo apenas aos Estados explorar os recursos obtidos com o controle do espaço.



Apesar de Raffestin (1993) ter superado as compreensões do Estado como único ator político e indicado uma necessidade de considerar o valor relativo do espaço geográfico em relação a outros fatores como a capacidade técnica e intelectual da população ou das possibilidades de exploração dos diferentes materiais disponíveis no solo, seu trabalho não avançou na superação de uma relação direta entre ações dos Estados e busca por recursos naturais, já que para ele, os recursos

[...] determinam os horizontes possíveis de ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. Uma relação pode privilegiar um dos trunfos: a população, o território ou os recursos. De fato, eles sempre são mobilizados simultaneamente, em diversos graus. O conflito de dois Estados pela posse de uma região não é apenas um conflito pela aquisição de um pedaço de território, mas também pelo que ele contém de população e/ou recursos. Frequentemente o objetivo declarado mascara os verdadeiros trunfos. (RAFFESTIN, 1993, p.58).

No mundo contemporâneo, a exploração de recursos permanece central para configurações geopolíticas, como indicam as ações institucionais e conflitos envolvendo a exploração do petróleo, da água e de recursos minerais variados (RIBEIRO, 2008; MONIÉ, 2012). Porém, como apontou Becker (2004, p.20), a geopolítica “não mais atua na conquista dos territórios, mas sim na apropriação da decisão sobre o seu uso”. As práticas geopolíticas contemporâneas não são mais estabelecidas unicamente no controle do território e dos recursos presentes no espaço, mas com o controle das arenas políticas locais/regionais, nacionais e globais que legitimam, reconhecem, estimulam e possibilitam os usos do território.

Essa mudança ocorreu a partir da reestruturação econômica e tecnológica dos anos 1980, momento em que os Estados buscaram orientar os investimentos das iniciativas privadas, ofertando vantagens para a realização de atividades econômicas em seus territórios (BECKER, 1988). Nesse contexto, os recursos passaram a ser construídos pelos Estados em parcerias com empresas privadas, isto é, infraestruturas materiais de integração regional foram inseridas nos territórios para possibilitar a exploração de matérias primas com valor econômico agregado. Assim, um território se torna atrativo não apenas em função das características presentes em seu solo, mas em função das possibilidades de extração e utilização dos elementos interessantes ao desenvolvimento econômico.

Além desses empreendimentos em infraestrutura, a atração de investimentos internacionais ocorre com a construção de elementos culturais. Tradicionalmente o papel da



cultura tem sido pensado na escala do nacional, seja para discutir a memória coletiva, religião, a nação ou o patrimônio cultural. Nos estudos focados na análise das relações globais, os aspectos culturais são tradicionalmente analisados como uma prática de *soft power*, enfatizando as práticas dos atores não estatais (NYE, 2013). Porém, as novas geopolíticas produzidas a partir da articulação entre atores estatais e não-estatais envolvem o estabelecimento de poderes geoculturais, ou seja, “a capacidade de escrever e mapear histórias geoculturais, orientando quais eventos, lugares e pessoas são organizados para objetivos específicos” (WINTER, 2020, p.18). Considero a construção de patrimônios mundiais uma maneira de estabelecer esses poderes geoculturais, pois ao inserir um objeto na Lista do Patrimônio Mundial, o Estado-Parte à Convenção da UNESCO de 1972 conquista o direito de narrar a história de uma parcela do globo e indicar como determinadas áreas da terra podem ser lidas, orientando os usos do território.

Dessa forma, determinados bens reconhecidos como patrimônio mundial assumem o papel de patrimônios geopolíticos, isto é, objetos inscritos na Lista do Patrimônio Mundial para reivindicar o controle de territórios, afirmar interesses político-econômicos, fortalecer relações multilaterais ou consolidar o domínio de determinado país ou grupos sobre um espaço de decisão.

Alguns exemplos de patrimônios geopolíticos podem ser observados ao redor do mundo, como o *Temple of Preah Vihear*, inscrito em 2008 pelo Camboja na Lista do Patrimônio Mundial com o objetivo de legitimar suas reivindicações territoriais e solucionar uma disputa de décadas com a Tailândia (MESKELL, 2016). Apesar da inscrição contar com influências de países externos, como a China e EUA, e ter disparado um novo conflito armado, o reconhecimento da UNESCO mostrou como o patrimônio mundial pode ser um recurso geopolítico mobilizado pelo Estado para consolidar o controle sobre uma parcela do mundo.

Determinados bens podem ser utilizados para garantir a afirmação de interesses político-econômicos, como no caso da inscrição da *Silk Roads: the Routes Network of Chang'an-Tianshan Corridor* em 2014. A inscrição conjunta realizada entre China, Cazaquistão e Quirquístão, não buscou alterar a soberania dos países envolvidos, mas fortalecer a ideia da Rota da Seda como caminho histórico responsável pela difusão cultural do Oriente e de relações comerciais na Ásia central, tendo a China como líder tradicional desse processo. Como mostrou Winter (2020), a inscrição representou mais uma etapa do projeto de ampliação econômica e política do governo



chinês, afirmando sua hegemonia sobre a região e buscando a legitimação do projeto de integração territorial e econômica da Nova Rota da Seda.

Outros bens podem ser transformados em patrimônios geopolíticos e levar a formação de forças militares entre países, como no caso de *Timbuktu*, inscrita em 1988 pelo Mali. Após uma série de ataques realizados pelo Al-Qaeda no Magrebe Islâmico à cidade histórica, uma força militar composta por soldados da França e do Mali foi deslocada para proteger a área, levando o líder do movimento terrorista ao julgamento no Tribunal Internacional de Crimes de Guerra (BAMIDELE et al., 2021; JOY, 2018).

Por fim, algumas inscrições buscam fortalecer a cooperação técnica entre países e posicionar determinado corpo burocrático como *experts* internacionais na área de patrimônio ou consolidar a influência de determinados grupos em espaços de decisões internacionais, como o caso da inscrição da Cidade Velha de Ribeira Grande, em Cabo Verde, que será discutida adiante.

Os exemplos presentes na Lista do Patrimônio Mundial são diversos e indicam que no mundo contemporâneo, a geopolítica amplia seu escopo de ações com a construção de recursos culturais. Esses recursos são mobilizados pelos Estados para atrair interesses internacionais, controlar os espaços de decisão ou solucionar conflitos territoriais. Diferenciam-se dos recursos naturais tradicionais, pois são produzidos por atores articulados em distintas escalas geográficas e assumem um sentido geopolítico explícito, tornando-se, assim, recursos geopolíticos.

A construção e maneiras de exploração relacionadas ao patrimônio mundial ocorrem no Comitê do Patrimônio Mundial, arena internacional onde atores se articulam para inscrever ou impedir a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial. Para os objetivos do presente trabalho, torna-se fundamental compreender como esse espaço foi produzido.

UM NOVA ARENA GEOPOLÍTICA: UNESCO E O COMITÊ DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

A atuação da UNESCO no tocante ao patrimônio tem início oficial em 1972, com a publicação da Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Convenção), principal instrumento para identificação, inscrição, manejo e proteção do patrimônio em escala global. Apesar de Silva (2012) apresentar a existência de outras convenções e recomendações



sobre preservação de objetos culturais e naturais, a Convenção representou uma primeira articulação política global para proteger elementos considerados de valor universal.

O processo de construção desse documento já está amplamente relatado em outros trabalhos (MELO FILHO, 2017). Nos limites do presente texto, importa destacar dois aspectos: Primeiro, de modo semelhante aos encontros que estabeleceram a ordem ambiental internacional (RIBEIRO, 2010), a organização do patrimônio mundial seguiu as características da geopolítica contemporânea ao ser realizada pela articulação entre representantes dos Estados e de ONG's. Juntamente aos representantes dos Estados-membros, *experts* em patrimônio vinculados ao *International Council of Monuments and Sites* (ICOMOS), *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), *International Federation of Landscape Architects* (IFLA), entre outras organizações, pautaram as definições de patrimônio mundial inseridas na Convenção.

O segundo aspecto relevante gerado pela Convenção é a instituição do Comitê do Patrimônio Mundial (Comitê). Composto por 21 representantes dos Estados-partes, eleitos na Assembleia Geral para mandatos de seis anos, o Comitê tem como atribuição definir os usos do Fundo do Patrimônio Mundial, a inclusão ou retirada de algum bem na Lista do Patrimônio Mundial, gerenciar a Lista de Patrimônios em Perigo e avaliar relatórios dos órgãos consultivos. De maneira geral, esta instituição é a principal responsável por legitimar ou negar os discursos patrimoniais produzidos sobre os bens, constituindo-se em arena de disputas de representantes dos Estados-partes e de organizações privadas interessadas na temática. É com a Convenção de 1972 e a instituição do Comitê que o fenômeno do patrimônio se torna uma questão geopolítica, sendo o controle desse espaço de regulamentação disputado por atores distintos. Se até a publicação da Convenção o patrimônio era tema relacionado à soberania estatal e limitado ao território nacional, a partir desse momento podemos então falar de uma escala global do patrimônio (MELO FILHO, 2018).

O processo de inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial é fundamentado na construção de uma narrativa que demonstra o valor universal excepcional no dossiê de candidatura. O dossiê deve ser o mais exaustivo possível e apresentar as justificativas quanto à integridade e autenticidade, os registros fotográficos, os mapas de delimitação da área protegida, a análise comparativa com outras áreas do mundo para justificar sua importância, além de apresentar um



plano de gestão para futuras avaliações. O dossiê, então, estabelece uma narrativa sobre determinada área do planeta, indicando como aquele espaço será reconhecido pela comunidade internacional.

Após a construção do dossiê pelo Estado-Parte, as organizações consultivas realizam as avaliações técnicas das propostas. O corpo de organizações consultivas é formado pelo *The International Union for Conservation of Nature* (IUCN), responsável pelos bens inscritos na categoria de patrimônio natural, o ICOMOS, responsável por bens inscritos na categoria de patrimônio cultural e o ICCROM, responsável pelo monitoramento e por práticas de preservação dos monumentos históricos. Através de análise da documentação e da realização de visitas ao local proposto, os especialistas do patrimônio mundial observam a relevância do bem, a importância de sua proteção para a humanidade, a viabilidade de gestão da área delimitada e os aspectos referentes ao valor universal excepcional do bem. Com esta avaliação, os órgãos consultivos indicam se o bem atende aos critérios de valor universal excepcional.

39

A última etapa para inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial é a avaliação das informações técnicas fornecidas pelos órgãos consultores no Comitê do Patrimônio Mundial. É nesta etapa que o Valor Universal Excepcional do bem proposto será julgado, cabendo ao Comitê quatro tipos de decisão: a) inscrever o bem na Lista; b) não inscrever o bem na Lista; c) devolver a proposta; d) deferir a proposta. Caso opte por inscrever o bem, o Comitê adota uma Declaração de Valor Universal Excepcional, com um resumo da decisão, indicando os critérios atribuídos e as avaliações de integridade e autenticidade, bem como os planos de avaliação e gestão propostas pelo Estado candidato. É nesse momento, então, que os interesses dos Estados e de organizações privadas são confrontados e postos em votação.

Apesar da estrutura burocrática da UNESCO manter os Estados-partes à Convenção como principais entidades para a tomada de decisões concernentes ao Comitê, os envolvimento com atores privados e ONG's têm se tornado cada vez mais explícitos. Diferentes trabalhos têm destacado como os benefícios geopolíticos de manter um bem na Lista do Patrimônio Mundial e evitar sua inscrição na Lista do Patrimônio em Perigo são construídos a partir de relações pessoais e institucionais entre representantes dos Estados-partes e de empresas privadas. Essas relações resultam na negação das orientações técnicas dos Órgãos Consultivos, limitando a capacidade da Convenção de estimular a preservação de sítios inscritos no patrimônio mundial.

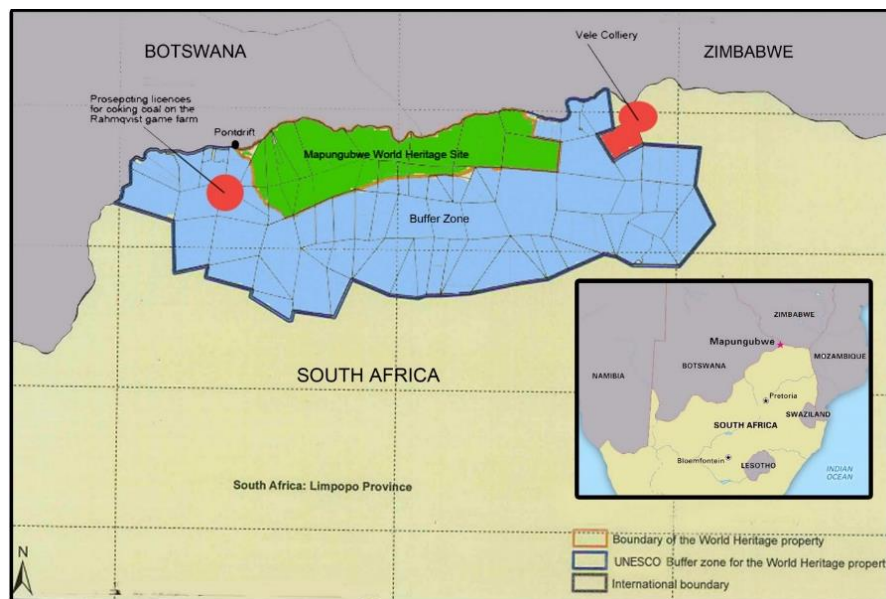


Os interesses geopolíticos envolvidos com a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial não são apenas aqueles voltados para a valorização das identidades nacionais ou manutenção de formas simbólicas do passado, premissas básicas na construção da Convenção do Patrimônio Mundial. Como discutido anteriormente, a arena de disputas do patrimônio mundial tornou-se mais um espaço operacionalizado por distintos atores na articulação de interesses econômicos e estatais. Dois exemplos analisados por Meskell (2012; 2014) indicam como na geopolítica contemporânea os espaços de decisão relacionados a cultura são disputados e mobilizados para viabilizar investimentos em seus territórios.

No primeiro exemplo, a autora analisa como as divergências entre as recomendações técnicas dos Órgãos Consultivos e os representantes dos Estados expressam interesses políticos e econômicos voltados à projetos de desenvolvimento. Como a autora relata, a inscrição da *Mapungubwe Cultural Landscape*, em 2003, na África do Sul, não foi recomendada pelo ICOMOS, mas aceita pelo Comitê, apesar da ausência de uma área de entorno adequada ou um efetivo plano de gestão. A ausência desses parâmetros permitiu a prospecção de carvão por empresas mineradoras internacionais em áreas próximas ao parque, contando com significativo apoio dos representantes dos BRICS no momento da votação (figura 1). Como mostra a autora, a articulação desse grupo de países para inscrever um bem foi um indicativo de novas formas de dependência “[...] sendo forjadas, com alianças temporárias que exigirão o retorno em outras arenas mais poderosas dentro das Nações Unidas” (MESKEL, 2012, p.150).



Figura 1. Área de prospecção de carvão na área de entorno do Parque Nacional de Mapungubwe, na África do Sul.



Fonte: <https://oxpeckers.org/2020/02/mining-mapungubwe/>

Meskell (2015, p. 8) considera que “a pressa em inscrever locais na Lista se tornou uma ferramenta política para as nações apoiarem seus interesses soberanos, usando o patrimônio mundial como um peão”. Porém, mais do que um simples peão, que pode ser descartado ou substituído por peças de maior valor, o patrimônio mundial transformou-se em significativo recurso geopolítico construído para a atração de investimentos com melhor aceitação, como as práticas turísticas, ou mobilizado por atores locais para conferir legitimidade a seus protestos.

A arena do Comitê do patrimônio mundial não está acessível apenas aos representantes dos Estados-partes à Convenção, como no caso envolvendo o bem anteriormente relatado. No segundo exemplo analisado por Meskell (2014), nota-se como a presença de representantes de empresas interessadas nos debates realizados no Comitê tem sido uma constante nos últimos anos. É o caso envolvendo a inscrição do *Historic District of Panamá* na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em 1997 e ampliado em 2003, o centro histórico do Panamá estaria ameaçado pela construção de uma rodovia pela empresa brasileira de engenharia Odebrecht. Segundo a autora, representantes brasileiros da empresa foram inscritos na reunião do Comitê como integrantes da comitiva panamenha, garantindo assim o ingresso nas salas



onde seria decidido sobre a inscrição na referida Lista. Além disso, diversos representantes do Comitê do Patrimônio Mundial e técnicos envolvidos com os Órgãos Consultivos foram convidados por esses representantes para visitarem o Panamá e observarem de maneira independente (ou seja, sem seguir os padrões das missões de avaliação da UNESCO) a referida obra. Após diversas reuniões, os representantes do Comitê concluíram que a rodovia não representaria uma ameaça ao bem, mas na verdade contribuiria com sua valorização. Meskell (2014, p. 236) conclui que “Com um Estado Parte como o Panamá, tão estrategicamente posicionado e com aliados poderosos, a conservação pode ser efetivamente eliminada, a destruição tolerada e a integridade ameaçada”.

O exemplo do Panamá indica como atores privados também ocupam a arena internacional do patrimônio para garantir seus interesses. Se a inscrição do bem na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo fosse aprovada, os movimentos contrários à obra conseguiriam mais um argumento para suas reivindicações. Por outro lado, retirar o bem da Lista do Patrimônio Mundial não estava em cogitação, já que o reconhecimento do valor universal pela UNESCO é uma garantia de atração de outros investimentos. Assim, o recurso geopolítico contemporâneo do patrimônio também pode ser mobilizado por atores privados que utilizam de seu poder econômico para convencer os tomadores de decisões a atenderem seus pleitos, legitimando as utilizações do território.

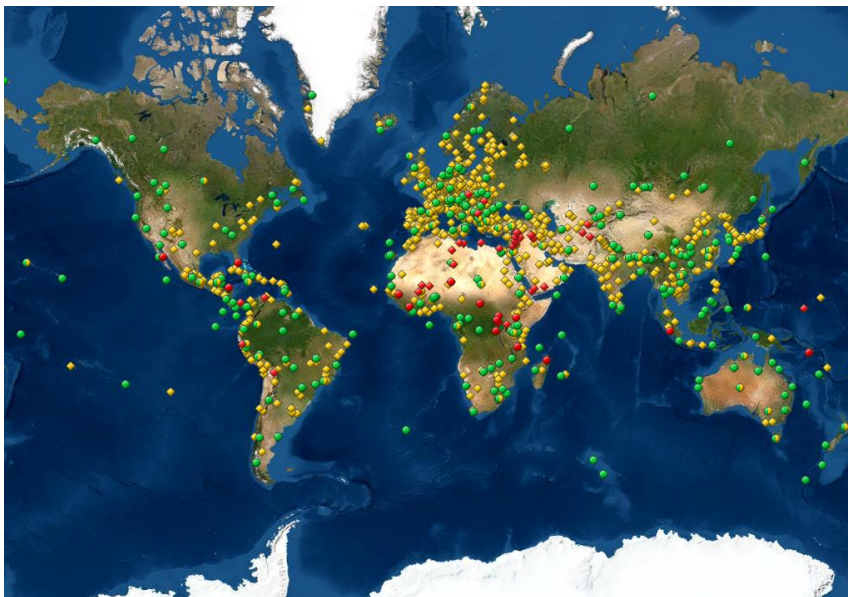
Não se trata, porém, de uma situação orientada unicamente em função do poder econômico. Em alguns casos, a inscrição de um bem, apesar de apoiada por empresas internacionais, não busca somente a realização de empreendimentos de desenvolvimento, mas sim fortalecer internacionalmente um país como referência na temática da preservação patrimonial e estabelecer novos acordos diplomáticos. É a situação de Cabo Verde, com a inscrição da Cidade Velha de Ribeira Grande, em 2009.

RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO: UM NOVO RECURSO PARA CABO VERDE

Nem todas as utilizações do patrimônio como recurso geopolítico envolvem os grandes poderes, como os países que compõem os BRICS ou conglomerados internacionais de mineração ou engenharia. Ao se constituir como uma das convenções de maior sucesso do sistema ONU, ratificada por 194 Estados, com 1154 propriedades inscritas em todo o planeta (Figura 2), o

patrimônio mundial tornou-se também acessível para os países em posição periférica no sistema internacional, como Cabo Verde.

Figura 2. Bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 2022



Fonte: <https://whc.unesco.org/en/list/>

Após o processo de independência de Cabo Verde em 1976, teve início uma fase de organização e formação das instituições políticas pautada na busca por cooperações internacionais (ALMADA, 2013). Esta busca por auxílio teve como objetivo assegurar a independência e soberania do país, a partir da manutenção de um não-alinhamento ativo do governo com as ideologias dominantes. Apesar de estar localizado na zona de influência da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, já que o movimento de libertação nacional comandado por Amílcar Cabral tinha orientação marxista, o país não se privou de entrar na busca internacional por desenvolvimento da década de 1980, diversificando as alianças e parcerias internacionais voltadas para o desenvolvimento.

O envolvimento de Cabo Verde com a UNESCO tem início com as missões do patrimônio, ocorridas a partir de 1979 no território do país (MELO FILHO, 2021). A primeira candidatura de Cidade Velha de Ribeira Grande à Lista do Patrimônio Mundial, ocorre, porém, em 1990, sendo negada pelo Comitê do Patrimônio Mundial. Apenas na segunda candidatura que a

inscrição do sítio foi transformada pelo país em um recurso geopolítico, ao articular na arena de discussões do Comitê outros países, representantes de ONG e atores privados. O longo processo de inscrição tem início ainda em 2004 e já foi relatado em outro trabalho (MELO FILHO, 2017). No presente texto é significativo destacar que o Centro Histórico de Ribeira Grande, conhecida como Cidade Velha, foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial como a primeira cidade europeia na região tropical, um marco na expansão colonialista e significativo local relacionado a escravidão e ao descobrimento das américas, já que a localidade era parada obrigatória dos navios que partiam da Europa e da África para a América do Sul (Figura 3).

Figura 3. a) Ruínas da Antiga Sé de Cabo Verde, b) Centro Histórico de Ribeira Grande, c) Forte Real de São Filipe, d) Rua Banana, a primeira rua portuguesa nos trópicos.



Fonte: trabalho de campo realizado em 2016 pelo autor.

A inscrição, porém, não estava envolvida apenas com o reconhecimento desse discurso histórico, sendo esses aspectos uma construção realizada pelos *experts* envolvidos com o dossiê, em sua maioria historiadores, arqueólogos e arquitetos. A análise dos documentos produzidos nas reuniões do Comitê do Patrimônio Mundial e as entrevistas realizadas com os envolvidos no



processo mostram como o Comitê do Patrimônio Mundial se constituiu em uma arena de interesses geopolíticos envolvidos com a inscrição da Cidade Velha.

Além de Cabo Verde, a atuação de dois países deve ser destacada no processo de inscrição. A Espanha, ocupando a presidência do Comitê naquele ano, abriu a sessão fazendo um grande *lobby* a favor da candidatura. Destaca-se que grupos espanhóis detêm a concessão turística da área da Cidade Velha desde os anos 1990, além de a Agência Espanhola de Cooperação Internacional ter realizado os restauros em alguns monumentos da Cidade Velha, como o Forte Real de São Filipe¹. Os interesses do governo espanhol com a inscrição de Cidade Velha estão alinhados com os investimentos turísticos do local para o recebimento de cruzeiros internacionais. Nesse contexto, a inscrição da Cidade Velha ratifica um conjunto de investimentos que situam o país em destino turístico internacional dos *resorts* com o objetivo de ampliar o período de estadia no arquipélago. Como discutido por Beato e Monteiro (2015), a inscrição da Cidade Velha na Lista do Patrimônio Mundial representou mais uma etapa de uma série de investimentos do governo na promoção do turismo cultural. Consideramos, então, que a inscrição da Cidade Velha foi mobilizada como um recurso geopolítico por Cabo Verde e Espanha para atração de investimentos privados associados ao turismo cultural.

O segundo país diretamente empenhado com a inscrição da Cidade Velha foi o Brasil, na época membro do Comitê do Patrimônio Mundial. Ao contrário do país Europeu, os interesses do Brasil eram mais diplomáticos do que econômicos, pois a inscrição da Cidade Velha fortaleceria a política de aproximação com a África. O Brasil fez uma importante defesa à inscrição do bem, destacando o valor universal do sítio para muito além de um conjunto de monumentos, mas relacionado à criação da cultura crioula, com reflexos na formação brasileira e caribenha².

Como destacou Celso Amorim (2015), ministro das relações exteriores do Brasil entre 2003 e 2011, a vontade política do governo brasileiro era de fortalecer as relações Sul-Sul, integrando América do Sul e África, e colocando o Brasil como principal liderança deste contexto. O apoio do Brasil para a inscrição de Cidade Velha foi, portanto, mais uma etapa das ações de

¹ Documentos internos do órgão de patrimônio de Cabo Verde e da Alta Curadoria da Cidade Velha, coletados durante trabalho de campo, registram que entre 1998 e 2010, apenas a Agência Espanhola de Cooperação Internacional investiu cerca de R\$ 13.000.000,00 na recuperação de monumentos e construção de infraestrutura na Cidade Velha.

² As informações constam no documento *Summary Record – Resume des interventions* - WHC-09/33.COM, disponível em <https://whc.unesco.org/en/documents/106545>, além de entrevistas realizadas com informantes presentes na reunião do Comitê.



cooperação multilaterais Sul-Sul desenvolvidas pelo país. A relevância do país na construção de projetos no continente africano como um todo mostram que a temática da cultura e o setor do patrimônio podem ser mobilizados para o alcançar objetivos diplomáticos. Estes projetos receberam coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e indicam os interesses do país em financiar ações no continente. Além dos projetos desenvolvidos pela ABC, o próprio IPHAN realizou ações de cooperação técnica internacional, cooperação bilateral ou projetos de cooperação multilateral, destacando-se as ações realizadas em países da África, como Angola, Cabo Verde, Benin, Moçambique, Nigéria, além dos países da América do Sul.

Os interesses desses dois países na inscrição de uma cidade colonial portuguesa em um país insular africano explicitam as maneiras de compreender o patrimônio mundial como um recurso geopolítico. Espanha e Brasil mobilizaram o reconhecimento da UNESCO tanto para atrair investimentos econômicos, quanto para fortalecer os laços diplomáticos entre distintas regiões do planeta, através da construção de um sentido patrimonial para a Cidade Velha. Através de práticas de diplomacia, o espaço do Comitê do Patrimônio Mundial foi transformado em arena de discussão sobre as maneiras de explorar o território de Cabo Verde.

Contudo, uma das características do sistema ONU é o respeito à soberania de seus Estados-Membros. Nesse sentido, a candidatura à Lista do Patrimônio Mundial deve partir do Estado soberano onde o bem se localiza. Com isso, Cabo Verde também mobilizou o patrimônio para obter benefícios, para além daqueles relacionados com a articulação junto a Brasil e Espanha.

Foi a partir da inscrição da Cidade Velha de Ribeira Grande de Santiago que uma estruturação institucional começou a tomar forma em Cabo Verde, sendo a mais significativa a constituição dos Comitês locais de Gestão do Patrimônio. No caso da Cidade Velha, esse comitê recebeu o título de Alta Curadoria da Cidade Velha, com o objetivo de articular a sociedade civil com os técnicos do patrimônio no desenvolvimento, aplicação e avaliação de políticas de preservação do sítio. O modelo dos Comitê locais se difundiu para as outras ilhas que formam o país, contribuindo com o fortalecimento das práticas de conservação e envolvimento das comunidades locais.

Talvez o mais importante efeito geopolítico buscado por Cabo Verde com a inscrição foi sua participação regional em fóruns de debates e de projetos relacionados ao patrimônio mundial. A partir da experiência obtida com a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial, o corpo



técnico da área de cultura do país começou a participar das redes de financiamento técnico, como o Centro Lúcio Costa, vinculado ao Brasil, e o *African World Heritage Fund*, vinculado a África do Sul.

A partir da atuação dos técnicos de Cabo Verde junto a esses organismos, o país se apresenta como um exemplo de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, passando a auxiliar em fiscalizações e viagens técnicas realizadas na África, sediar cursos de capacitação aplicados por essas instituições, além de ocupar os espaços de decisão internacional do patrimônio. Nesse sentido, o recurso geopolítico também se constitui enquanto instrumento para fortalecer a diplomacia de um país, indo além de interesses meramente econômicos.

CONCLUSÃO

O presente trabalho discutiu como o patrimônio mundial é um novo tipo de recurso geopolítico da contemporaneidade. Sendo um produto da globalização, o patrimônio mundial representa uma nova escala do fenômeno de preservação de elementos do passado, organizado a partir da Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972.

Como discutido ao longo do texto, o espaço do Comitê do Patrimônio Mundial assume posição central na geopolítica contemporânea, pois sua mobilização e controle por um representante de Estado-parte à Convenção ou a influência de comitativas internacionais legitimam poderes geoculturais. Como o controle dos espaços de decisão é uma característica da geopolítica contemporânea, o domínio do Comitê permite a determinados atores orientarem como parcelas do planeta vão ser utilizadas para a atração de investimentos ou acordos diplomáticos.

Como discutido, tradicionalmente são os grandes players os principais utilizadores do Comitê como espaço para legitimar suas práticas. É o caso dos países formados pelos BRICS, grandes empresas de exploração de minérios ou construtoras de grandes obras, como vimos nos exemplos da *Mapungubwe Cultural Landscape*, na África do Sul, e do *Historic District of Panamá*, no Panamá. Nesses casos, os interesses econômicos de Estados e atores privados pautaram as decisões do Comitê, deixando de lado a preservação dos valores históricos ou culturais.



Contudo, nem tudo no patrimônio mundial se reduz a interesses econômicos desses grandes atores. A inscrição da Cidade Velha de Ribeira Grande mostrou como ao menos três tipos de interesses distintos foram mobilizados a partir de sua inscrição. Um interesse econômico, atrativo para o país africano, mas também para empresas espanholas envolvidas com a exploração turística do arquipélago. Um interesse diplomático, onde o Brasil se destacava naquele momento para fortalecer sua aproximação com a África subsaariana. E um interesse institucional, expresso pela busca por Cabo Verde em viabilizar investimentos em seu território e se posicionar como um exemplo de gestão do patrimônio mundial na África. Esses três interesses indicam a utilização do patrimônio como recurso geopolítico contemporâneo que envolve muito mais do que a relevância econômica de um país ou grupo. A Cidade Velha de Ribeira Grande de Santiago foi, então, transformada em um patrimônio geopolítico, ao conduzir as maneiras de interpretação de um espaço do planeta e indicar as formas de utilização do território de Cabo Verde.

Uma diferença significativa do estudo aqui proposto foi compreender Cabo Verde como um país ativo na análise geopolítica contemporânea. Ao contrário de trabalhos que analisam a exploração de recursos naturais nos territórios dos países africanos e enxergam esses Estados como atores passivos no cenário internacional, considero Cabo Verde como um *player* ativo ao acionar a UNESCO e articular outros Estados a seus interesses. O patrimônio mundial, nesse sentido, não é um recurso a ser explorado por atores estrangeiros, mas um produto que envolve a soberania do Estado onde o bem se localiza.

Por fim, o trabalho discutiu como a transformação do patrimônio em um recurso geopolítico não diz respeito apenas ao ato de inscrever um bem na Lista do Patrimônio Mundial, mas ao controle da arena internacional do Comitê do Patrimônio Mundial. Assim, ao construir um patrimônio mundial, os Estados estão acionando as escalas globais de decisão para atrair ganhos, sejam estes econômicos ou diplomáticos.

REFERÊNCIAS

AGNEW, J. **Making political geography**. London: Arnold; New York: Distributed in the United States of America by Oxford University Press, 2002.



ALMADA, D. H. **A construção do Estado e a democratização do poder em Cabo Verde**. Praia: Arte Média, 2013. 237 p.

AMORIM, C. Um Balanço das Relações Brasil-África. **Diálogos Africanos**, v. 1, n. 1, p. 17-27, jun. 2015.

BAMIDELE, S. *et al.* Securing world heritage sites: insurgency and the destruction of UNESCO's world heritage sites in Timbuktu, Mali. **GeoJournal**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 4 fev. 2021. Springer Science and Business Media LLC.

BEATO, C. S; MONTEIRO, N. A. Materializar o imaterial: turismo cultural na cidade velha - cabo verde. **Revista de Estudos Cabo-Verdianos**, Praia, v. 3, n. 1, p. 129-137, dez. 2015.

BECKER, B. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 50, n. 2, p. 99-125, número especial, 1988.

BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

COSTA, W. M. da. **Geografia política e geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2013. 349 p.

JOY, C. L. Crimes against cultural heritage in Timbuktu. **Anthropology Today**, v. 34, n. 1, p. 15-17, fev. 2018

MELO FILHO, D. C de. **Patrimônio como recurso político: disputas por reconhecimento, fortalecimento e geopolítica entre UNESCO e Cabo Verde**. 2017. 236 p. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MELO FILHO, D. C de. Patrimônio: entre escalas geográficas e espaços políticos. In: **Geografia**, Revista de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. Recife, v. 35, n. 1, p. 75-88, 2018.

MELO FILHO, D. C de. Missões da UNESCO na África Lusófona: forjar patrimônio, forjar território. **Finisterra**, v. 56, n. 118, p. 241-252, 2021. DOI: 10.18055/Finis23942. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/23942>. Acesso em: 7 fev. 2022.

MESKELL, L. The rush to inscribe reflections on the 35th session of the world heritage committee, UNESCO Paris, 2011. **Journal Of Field Archaeology**, v. 37, n. 2, p. 145-151, Maio 2012. <https://doi.org/10.1179/0093469012Z.00000000014>

MESKELL, L. States of Conservation: Protection, Politics, and Pacting within UNESCO's World Heritage Committee. **Anthropological Quarterly**, Washington, Dc, v. 87, n. 1, p. 217-243, jan. 2014.



MESKELL, L. Transacting UNESCO World Heritage: gifts and exchanges on a global stage. **Social Anthropology**, v. 23, n. 1, p. 3-21, fev. 2015. <https://doi.org/10.1111/1469-8676.12100>

MESKELL, L. World Heritage and WikiLeaks. **Current Anthropology**, v. 57, n. 1, p. 72-95, fev. 2016. University of Chicago Press. <https://doi.org/10.1086/684643>

MONIÉ, F. **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

NYE, J. Hard, soft, and smart power. In COOPER, A. F.; HEINE, J; THAKER, R (orgs.) **The Oxford Handbook of Modern Diplomacy**, p 559–74. Oxford: Oxford University Press. 2013

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RATZEL, F. As leis do crescimento espacial dos Estados. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ratzel: geografia**. São Paulo: Ática, p. 175- 192, 1990.

RIBEIRO, W. C. **Geografia política da água**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. 2. ed São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, F. F. da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 225 p.

WINTER, T. Geocultural Power: china's belt and road initiative. **Geopolitics**, p. 1-24, 28 jan. 2020. Informa UK Limited. <https://doi.org/10.1080/14650045.2020.1718656>